
PLANO de GOVERNO

“PERNAMBUCO VAI MAIS LONGE”

Elaborar um programa de ação para o próximo governo, no início da campanha eleitoral é assumir, desde já, um compromisso responsável com a sociedade. Através desta construção solidária e coletiva trabalhamos com a certeza de que, assim, **Pernambuco vai mais longe.**

O Plano de Governo (esta é uma versão resumida) está aberto ao debate, à avaliação e às contribuições críticas de todos os cidadãos para aprimorar suas proposições e, de forma realista contribuir para direcionar nosso processo de desenvolvimento nos próximos anos.

É o reconhecimento da situação atual do estado e a nossa visão de futuro para Pernambuco e, através do debate será enriquecido para representar ainda mais as aspirações dos pernambucanos.

Será instrumento importante para nortear o planejamento estratégico, a definição de objetivos e as metas que irão inspirar políticas públicas estruturadas, projetos prioritários e o modelo de gestão do Governo de Pernambuco, no período 2015/18.

As proposições do Plano de Governo estão baseadas em quatro eixos principais: Cidadania, Desenvolvimento Sustentável, Qualidade de Vida, Gestão e Governança.

Educação é prioridade absoluta.

Ao lado da **Saúde** e da **Segurança** merecerá cuidado especial permanente e tratamento diferenciado, tanto em termos de investimentos como na articulação com as demais esferas de governo e com a sociedade, com vistas à revisão e ao aperfeiçoamento do atual modelo de gestão e de atuação.

A ampliação e qualificação da **Infraestrutura** – principalmente estradas, energia, recursos hídricos e comunicações – com ênfase nas obras necessárias à consolidação dos polos de desenvolvimento regionais, também será foco e prioridade deste programa.

Significa qualidade de vida para as pessoas, fator de suporte ao crescimento da economia e estímulo à atividade produtiva. Contribui para uma maior integração entre as regiões.

Neste particular, a viabilização dos grandes projetos e obras de infraestrutura, que dependem do apoio do Governo Federal, como a **Transposição do Rio São Francisco, as adutoras e canais** e a **ferrovia Transnordestina**, entre outros, merecem destaque e têm que ser objeto de tratamento urgente.

Ao lado destes investimentos é nosso compromisso promover uma efetiva **interiorização do desenvolvimento e a descentralização da ação do Governo do Estado.**

Esta mudança importante se fará através de estreita articulação e cooperação com os municípios por meio do necessário apoio técnico às Prefeituras no planejamento e execução de projetos e na gestão das políticas públicas. É um ponto fundamental do modelo de desenvolvimento estadual para os próximos anos.

Ao tratar do desenvolvimento regional é indispensável estabelecer uma ampla discussão sobre o processo desordenado de concentração e de crescimento urbano da região metropolitana do Recife.

É urgente estabelecer o resgate do planejamento integrado desta região por meio de um **pacto metropolitano** para o tratamento conjunto de questões como transportes e mobilidade, meio ambiente, saneamento, tratamento de resíduos, abastecimento de água, uso do solo, entre outros.

Da mesma forma, numa visão estratégica e territorial é indispensável considerar o planejamento e a execução de obras estruturadoras com o sentimento da urgência e visão de futuro, em relação à situação atual e ao desenvolvimento dos polos de **Suape** e de **Goiana**.

Neste particular, além dos temas relevantes acima e da melhoria na oferta de serviços de educação, saúde e segurança nestes ambientes de crescimento

acelerado é inadiável acrescentar a necessidade de acelerar a viabilização do **Arco Metropolitano** e o enfrentamento das demandas sociais, além do desafio da formação profissional e do fornecimento de energia, entre outros temas relevantes para o processo de desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população.

Este conjunto de prioridades, que visa um crescimento mais equilibrado do estado não pode prescindir do **apoio permanente e diferenciado às micro e pequenas empresas**, tanto no que se refere ao tratamento fiscal e tributário como na desburocratização e simplificação dos processos, entre outras medidas de suporte e incentivo.

Todos estes compromissos visam estabelecer uma melhor distribuição dos benefícios do desenvolvimento entre as pessoas e as regiões e serão permanentemente monitorados e acompanhados por um modelo de gestão e governança que privilegia a transparência, a responsabilidade financeira e o equilíbrio fiscal.

Para que isto se realize no nível de investimentos necessários, que complementem a capacidade financeira do estado e possibilitem o adequado alinhamento às políticas e programas nacionais é desejável **fortalecer e ampliar a articulação e a parceria com o Governo Federal**, nos planos político, institucional e administrativo.

É essencial, também, **estreitar o relacionamento e a integração com a iniciativa privada e as universidades**.

É importante estimular esta cooperação, essencial para a política de desconcentração da atividade produtiva e para ampliar a geração de conhecimento. Também para o incremento da competitividade e inovação, para o fortalecimento da economia estadual de modo geral e dos arranjos produtivos locais em cada região.

Nos últimos anos, o estado experimentou um período de crescimento, consequência da expressiva alocação de recursos e de projetos importantes patrocinados pelo Governo Federal, apoiados num modelo estadual de gestão pública, do qual participamos com uma efetiva contribuição.

Mas, reconhecemos que é preciso fazer mais e, em muitos aspectos fazer de maneira diferente para tentar fazer melhor.

Isto ficou evidente ao longo do projeto "**Pernambuco 14**", que percorreu todas as regiões do estado, identificou demandas, debateu e recolheu contribuições das pessoas num exercício participativo, que apoiou a elaboração e a validação de propostas para o Plano de Governo.

A constatação de que, apesar de algumas conquistas importantes ainda há muito a se fazer em Pernambuco, impõe a responsabilidade de dar continuidade aos projetos e ações que apresentam resultados positivos e, também, o compromisso e o sentimento do dever de ir além, de evoluir .

Isto significa utilizar cada vez melhor nossos recursos escassos, em benefício da maioria da população e das regiões deste estado, sem distinção.

Um novo estilo de governar Pernambuco, que contempla o estado por inteiro, privilegiando o diálogo e a participação ativa da sociedade para construir um futuro melhor, mais justo e equilibrado, onde possamos viver e trabalhar com mais oportunidades para todos.

* Educação

Desenvolvimento e cidadania pressupõem assumir com determinação o inegociável desafio de promover em Pernambuco uma verdadeira **revolução na Educação**.

O estado ainda apresenta sérias deficiências e indicadores preocupantes, tanto na avaliação do desempenho escolar quanto na qualidade do ensino, no confronto com os padrões nacionais e mesmo na comparação com os índices de outros estados nordestinos.

Educação, acesso ao conhecimento e formação profissional são diferenciais competitivos, decisivos no processo de inovação e geração de riquezas e, conseqüentemente, para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida .

A decisão política de tratar a educação como prioridade e não medir esforços para tentar mudar significativamente esta situação crítica em nosso estado

resulta da certeza de que manter o quadro atual é um risco que pode comprometer o futuro sustentável de Pernambuco.

Por isto, o Governo do Estado promoverá permanente articulação com o Governo Federal e as Prefeituras e deve liderar ampla mobilização da sociedade e da iniciativa privada, numa ação integrada **escola-governos-comunidade** para implementar um programa de educação de qualidade em todos os recantos de Pernambuco.

Um programa vigoroso, que dialogue com o Plano Nacional de Educação promovendo integração e continuidade nas ações.

Para obter resultados importantes em todos os níveis de ensino é preciso antes investir na **valorização e qualificação dos docentes**. O desenvolvimento dos professores implica diretamente no nível de aprendizado dos alunos e contribui decididamente para uma escola melhor.

A qualidade da educação (ensino básico, técnico e superior) requer formação continuada dos professores e especial atenção para o plano de cargos e carreira, remuneração e condições de trabalho adequadas. Depende muito também da aplicação de incentivos à meritocracia e à maior permanência dos professores em sala de aula.

É necessário criar melhores condições para que além de toda a comunidade escolar seja intensificado o interesse e participação da iniciativa privada para melhoria, fortalecimento e adequação do **ensino técnico**. Este é um fator essencial para atender às especificidades da demanda pela formação de capital humano qualificado, através da expansão seletiva da rede de escolas técnicas, de maneira descentralizada.

É necessário orientar o ensino técnico para atender aos arranjos produtivos locais com currículos adaptados à cultura e às atividades econômicas regionais.

Neste sentido é importante ampliar as opções de escolas técnicas integradas com as escolas regulares do ensino médio.

A melhoria da **qualidade do aprendizado** na rede pública deve ser otimizada com ações motivacionais com foco na melhoria das condições para retenção

do aluno em sala de aula, promover aferição de resultados e a adequação do currículo mínimo.

Para isto é importante consolidar o modelo de escolas de referência, cuja rede deve ser ampliada.

Ao mesmo tempo, se impõe tornar as escolas mais atraentes no **ensino médio**, que é responsabilidade do governo estadual para favorecer o interesse do aluno e ampliar as condições de sua permanência diária em tempo integral com jornada ampliada de aulas.

No **ensino básico**, para alcançar resultados importantes é necessário promover uma política de cooperação e ações integradas entre o Governo do Estado e os municípios.

Este modelo visa obter melhorias substanciais nos processos de aprendizagem e pressupõe, entre outros: aliar formação e desenvolvimento de docentes, incentivos às Prefeituras, premiação para as escolas, apoio aos monitores, valorizar o processo de avaliação e unificar a grade curricular.

Para que este processo seja bem sucedido é muito importante ampliar a formação de pessoal qualificado em gestão e oferecer suporte técnico aos municípios para o desenvolvimento do modelo de gestão educacional.

No **ensino superior**, mais uma vez é importante a articulação entre estado e união, através das ações das universidades estaduais e federais para um esforço integrado e articulado visando o melhor atendimento das necessidades e vocações das diversas regiões de Pernambuco.

Neste contexto a UPE tem um papel fundamental.

O governo estadual deve liderar iniciativas e a necessária articulação para a interiorização dos "campus" universitários, com base nas demandas regionais e no interesse de estimular o processo de crescimento.

Para isto deve ser analisada a criação de incentivos para formação e especialização de professores, nas áreas de saúde, engenharia, tecnologia e outras, de acordo com as prioridades e estratégias de desenvolvimento sustentável de Pernambuco com foco diferenciado de acordo com as

peculiaridades de cada região. Da mesma forma deve ser considerado como fundamental ao modelo a viabilização de estímulos à fixação de professores de nível superior nas cidades polo do estado.

***Saúde**

Igualmente urgente é o compromisso de enfrentar e vencer o imenso desafio de oferecer serviços públicos de qualidade em saúde para satisfazer as necessidades de um atendimento descentralizado, digno e eficiente a toda população de Pernambuco em todas as regiões do estado.

O crescimento econômico tem que se fazer acompanhar do desenvolvimento social, sem o qual não se justifica. O atendimento à saúde, antes de um direito do cidadão é um dever do Estado, conforme dispositivo constitucional.

Não são nada animadores os indicadores da saúde em Pernambuco, o que faz com que a população majoritariamente aponte este tema como um dos temas que devem merecer maiores cuidados e investimentos do próximo governo estadual.

Tratar da saúde significa também cuidar de forma integrada de temas essenciais como o **saneamento ambiental**; o **abastecimento de água** com a oferta de água tratada de qualidade; o **esgotamento sanitário** e, indiretamente, o crescente número de **acidentes de moto** e os problemas sociais relacionados às **drogas** (em especial o crack), entre outros fatores.

Para melhoria do funcionamento do sistema de serviços atual e das condições de saúde da população, sobretudo das menores classes de renda é fundamental dedicar cuidados especiais à **atenção básica** em saúde.

Para isto, entre outras medidas, apoiar o fortalecimento do programa **Mais Médicos** e promover a articulação necessária com o Governo Federal para sua ampliação no estado, sem descuidar do investimento para formação de novos médicos e de profissionais de saúde para atender às carências e demandas de todos os municípios pernambucanos.

Ainda no que se refere à melhor cobertura e distribuição territorial de pessoal qualificado numa perspectiva de prazo mais longo é necessário ampliar as

alternativas de **interiorização** da residência médica e a oferta de cursos de medicina e de pós-graduação nas cidades polo regionais.

Também é preciso descentralizar e multiplicar a oferta de serviços de **realização de exames** e estudar meios para empregar a telemedicina, de modo a reduzir o tempo de espera e de atendimento.

Da mesma forma é urgente aumentar seletivamente a **oferta de leitos** no estado, seguindo um conceito de regionalização e de categorização com realismo orçamentário para realizar os investimentos prevendo a construção, manutenção, equipamentação e eficiente operação e prestação de serviços.

Em Pernambuco houve investimentos importantes em infraestrutura, mas esta andou na frente da capacitação e formação do capital humano na área da saúde, tanto no que se refere ao pessoal médico, quanto aos demais profissionais de saúde.

É urgente fortalecer e ampliar as ações do **programa de Saúde da Família**, bem como articular os municípios para intensificar sua participação no programa de **requalificação de unidades básicas de saúde**, que tem recursos assegurados pelo Governo Federal.

É importante analisar a viabilidade de criação de carreira com base regional com a participação da União.

As iniciativas para melhoria da quantidade e qualidade dos serviços de saúde passam pela necessidade de descentralização e de aprimoramento do modelo estadual de **gestão da saúde**.

Demandam a criação de consórcios regionais, suportados por um **sistema integrado e automatizado de informações de saúde** que evite retrabalho no registro de dados e informe com eficiência e confiabilidade as disponibilidades dos serviços para facilitar o agendamento de consultas e internações.

Requerem, ainda, a qualificação da rede de hospitais regionais para o atendimento da **média e alta complexidade**, com um estudo e planejamento

para a construção de novas unidades e adequação das existentes nos municípios polo das regiões de desenvolvimento.

Ao lado destas medidas, é urgente viabilizar a ampliação da **rede de atendimento especializado** com aumento da cobertura e melhoria na prestação de serviços das UPAsEs.

Além disto, é preciso reforçar as unidades ambulatoriais e de internação existentes para atendimento das demandas locais e regionais. Todas estas situações requerem apoio aos municípios no planejamento, organização, gestão e avaliação dos serviços de saúde.

São medidas que têm que ser complementadas com a melhoria do atendimento às **urgências e emergências** médicas, com ampliação da cobertura das UPAs e atenção especial para a assistência à gravidez de risco, aos idosos, às doenças cardiovasculares, ao câncer e outras doenças degenerativas em todos os hospitais regionais, articulando esses atendimentos a unidades de referência de alta complexidade.

Outras iniciativas igualmente necessárias devem ser fortalecidas, como o programa da **farmácia básica**; o programa de **tratamento domiciliar** (Melhor em Casa) como proposto pelo Ministério da Saúde; os programas para **redução do uso de drogas lícitas e ilícitas** (principalmente o crack) e outras iniciativas que devem ser implantadas, como o **sistema de distribuição de medicamentos de uso continuado**, em estreita integração com a rede básica de saúde e a criação do **sistema de transporte sanitário** para garantir o atendimento nos diversos níveis de serviços (referência e contra-referência) e tratamentos continuados a exemplo da hemodiálise.

Paralelamente e numa ação integrada com outras áreas do governo e o decidido suporte municipal é inadiável promover **campanha intensiva de orientação e de prevenção aos acidentes de trânsito**, notadamente de motos, atualmente um dos maiores responsáveis pelas internações e graves sequelas na população.

***Segurança**

Para fortalecer a Cidadania é fundamental cuidar da **Segurança**. Assim é preciso evoluir e aperfeiçoar o modelo em operação atualmente em Pernambuco.

Apesar de números que ainda preocupam, o estado conseguiu uma redução importante no número de **homicídios** nos últimos anos, embora os indicadores continuem críticos, principalmente entre os mais jovens, quando comparados com a média nacional.

O **Pacto pela Vida** é uma conquista a ser preservada, ampliada e fortalecida. É nosso compromisso tratá-lo com política de estado e não apenas como um projeto de governo.

É urgente ampliar o projeto e estabelecer prioridade às ações voltadas para o combate à violência em todas as suas manifestações e à **sensação de insegurança** das pessoas, com ênfase na **prevenção**.

Estes problemas ainda atingem a grande maioria da população, tanto nos grandes centros urbanos e suas periferias, quanto na zona rural e nas pequenas cidades. Estes ambientes estão sendo crescentemente assolados pelas **drogas**.

Neste contexto, o **ambiente escolar** e seu entorno também deverão merecer atenção especial e permanente.

É preciso ampliar a atenção e o monitoramento de metas e resultados, para além dos crimes de morte, focando uma **diversidade de delitos** que afligem a sociedade.

Para isto é preciso investir em **tecnologia e inovação**, na **capacitação profissional** e na adequação dos serviços e estruturas de segurança às demandas da sociedade, como é o caso, por exemplo, do combate aos crimes praticados no meio digital e informática.

O salto de qualidade exige dedicar especial atenção, entre outros, à modernização, aparelhamento e manutenção física das **delegacias**, que devem atuar cada vez mais como instrumentos de relacionamento com as comunidades a que servem e de atendimento aos cidadãos.

Maior eficácia e eficiência requerem o aprimoramento dos sistemas de informação e o emprego crescente da **inteligência** nas ações policiais.

Ao lado destas medidas é necessário avaliar as reais necessidades de **efetivo de pessoal** atual das polícias e dedicar um cuidado permanente com as **condições de trabalho**, a **carreira profissional** e com o homem e a mulher que existem por trás de cada policial.

Para isto é importante estabelecer um **diálogo institucional** com as polícias civil, militar, com os bombeiros e os profissionais do sistema carcerário, com vistas à análise da estrutura atual e sua qualificação, uma avaliação do planejamento e o aperfeiçoamento do modelo de gestão e de operação.

Urge cuidar de uma política de humanização das cadeias e dos **presídios** e, igualmente, expandir o número de vagas no sistema prisional do estado com prioridade à conclusão dos investimentos relevantes, que estão paralisados.

Da mesma forma é imperioso estabelecer uma mudança profunda no modelo e na operação dos centros de **ressocialização** de jovens infratores, dos dependentes químicos e casos diversos do sistema prisional, que requerem programas socioeducativos, em parceria com organismos não governamentais.

***Cultura**

A promoção e a valorização da **cultura** são vitais para que Pernambuco vá mais longe nas políticas públicas de Educação, Saúde e Segurança, para ampliar os níveis de qualidade de vida e fortalecer a cidadania.

Cultura deve permear as ações do governo como um ente fundamental para a formação da **identidade coletiva** da população na sua **convivência social e política**, na expressão da **civilidade** e para **integração** das pessoas e das instituições com o meio ambiente e a rica diversidade pernambucana.

Apesar da nossa vocação cultural fica evidente, pela descontinuidade na gestão, por um orçamento limitado e atenção quase que exclusivamente à produção e promoção de eventos que, nos últimos anos, este **não tem sido tema central** para o Governo de Pernambuco.

Precisamos garantir à **produção cultural** meios e recursos adequados para sua qualificação, para alcançar maior competitividade e incentivar a interiorização e para seu fortalecimento como atividade econômica.

O Plano de Governo trata a cultura como um dos pilares do desenvolvimento sustentável, integrada às componentes econômica, social e ambiental.

É compromisso promover o **diálogo** e a articulação para avaliar o sistema estadual da cultura. O objetivo é fortalecer o planejamento e estimular a profissionalização do sistema, criar novos mecanismos para valorizar as variadas formas de expressão cultural no estado e apoiar a ampla e diversificada cadeia produtiva da cultura.

Deverá merecer atenção especial o impacto das políticas públicas sobre a diversificada **economia criativa**, que deve ser fortalecida e apoiada, pois representa enorme capilaridade social e potencial para crescer e ampliar sua contribuição à produção econômica estadual.

O cuidado com o patrimônio cultural pernambucano, ainda é insuficiente. É necessário estabelecer mecanismos de proteção e de revitalização dos equipamentos culturais e incentivar sua maior inserção na comunidade.

***Mobilidade urbana**

A questão da mobilidade urbana é atualmente um dos temas mais importantes a serem tratados pelos governos.

Tem reflexo importante na qualidade de vida das pessoas, sobretudo usuários do sistema de **transporte coletivo** e impacta fortemente a produtividade do trabalho, sobretudo no Recife e na região metropolitana.

Por isso, tem que ser analisado de maneira integrada, do ponto de vista do ambiente formado pelos municípios que compõem esta região, a partir de um **estudo profundo das movimentações (origem e destino)** de pessoas e veículos.

O objetivo desta pesquisa é subsidiar a formulação de um plano de obras de **infraestrutura**, de **intervenções urbanas integradas** e de **adequações no sistema** atual com soluções capazes de atender às demandas tanto das pessoas que utilizam os diversos **modais de transporte público** quanto dos usuários de **transporte individual**.

As premissas são de melhoria na prestação de serviços do sistema de transporte coletivo e ganhos positivos de mobilidade para todos.

Este estudo é fundamental para o planejamento e a definição de investimentos no espaço urbano e metropolitano, sem o que prevalece o risco de insistir em soluções tópicas e parciais.

A cada ano cresce substancialmente o número de veículos nas ruas, aumentam os custos das empresas prestadoras de serviços públicos de transporte e também o tempo gasto nos deslocamentos das pessoas em seu trajeto de casa para o trabalho. Enquanto isso, muitas pessoas têm crescentemente migrado do transporte coletivo para o transporte individual graças à melhoria de renda e às facilidades de financiamento na compra de automóveis.

As principais reclamações dos passageiros do transporte público são relacionadas à lotação dos veículos coletivos, ao tempo de espera nas estações, associados à irregularidade e condições da oferta de serviços. Os usuários de automóvel, por sua vez, impacientam-se com os constantes engarrafamentos.

O primeiro passo para reverter esse quadro é estabelecer o **diálogo** com todos os setores envolvidos.

Com isso, ao lado da **pesquisa** de origem e destino e de **medidas racionalizadoras do sistema** pretende-se um maior conhecimento da realidade e a garantia de melhores condições para um **planejamento inteligente** e mais realista para o gerenciamento e melhoria do transporte e da mobilidade urbana. O objetivo é atender às necessidades da maioria da população, com melhoria na fluidez do tráfego, qualidade, segurança e conforto.

Dessa maneira buscamos que o cidadão tenha maior **confiabilidade** no sistema integrado e na sua gestão e operação com melhor relação custo X benefício para os usuários.

*Economia

Muito ainda há que ser feito para incrementar as taxas de crescimento do PIB estadual (apenas 2,5% do total do Brasil) e obter ganhos relevantes no processo de desenvolvimento sustentável de Pernambuco.

É importante promover a **desconcentração** da atividade produtiva, a **interiorização** dos investimentos e políticas públicas e conferir prioridade para a alocação de recursos na **educação**, na ampliação do **acesso ao conhecimento** e à **inovação** para criar melhores condições de **modernização, competitividade e produtividade** na indústria, na agricultura e pecuária e na prestação de serviços.

Da mesma forma é prioridade ampliar e qualificar a **infraestrutura** de energia, recursos hídricos, transportes e comunicações (telefonia e internet), contemplando as necessidades e demandas regionais com atenção prioritária para os municípios e regiões produtoras.

Esta infraestrutura requer projetos de grande porte, essenciais para dar sustentação ao crescimento da economia pernambucana.

São obras que têm expressiva participação do Governo Federal, como a transposição do São Francisco, as adutoras e canais ;a transnordestina e o arco metropolitano; o fortalecimento e ampliação da infraestrutura portuária em Suape; a duplicação, qualificação e implantação de estradas, entre outras.

Além destas é urgente ampliar o debate em torno de um programa vigoroso para assegurar o adequado fornecimento de **energia**, principalmente para a indústria, que contemple fontes alternativas e diversificadas.

A partir daí é possível criar condições mais favoráveis e ir além, para estabelecer um **ambiente de negócios** com menor burocracia, uma política de impostos estimulante e realista e com uma melhor articulação envolvendo tanto o Governo do Estado como as universidades, os institutos de pesquisa,

de ciência e tecnologia e de inovação, os organismos de representação da iniciativa privada, as Prefeituras e o Governo Federal.

Entendemos que a melhoria da competitividade pressupõe **articulação e diálogo constantes** para favorecer condições institucionais estimulantes; apoio e facilidade para acesso a financiamentos e incentivos; aumento da oferta de serviços tecnológicos; melhoria na qualidade da gestão; além de incentivos para fortalecer, integrar e adensar as cadeias produtivas.

Incorporar **Inovação**, como valor e conceito é indispensável para a formulação estratégica do desenvolvimento sustentável de Pernambuco e para permear as políticas e projetos do ambiente produtivo e institucional.

Neste sentido é importante criar condições objetivas para que as empresas, cada vez mais, estejam preparadas e motivadas para participar do desenvolvimento das **cadeias de valor** e gerar conteúdo local como diferencial competitivo e fator de crescimento.

Desta maneira haverá, também, condições mais adequadas para a consolidação do papel de Pernambuco como centro **logístico** regional e para a desejável ampliação do grau de **abertura da economia** estadual, uma vez que o comércio externo (exportações e importações) hoje ainda tem pequena participação no PIB.

Este movimento requer suporte e incentivos especiais do Governo estadual, no firme propósito de ampliar a atenção e o apoio às **micro e pequenas empresas**, na indústria, na prestação de serviços, na agricultura e pecuária e no comércio. Este tratamento diferenciado deverá focar na redefinição de mecanismos que aliviem os efeitos da atual política de substituição tributária.

Estas evidências reforçam a convicção de que é preciso inovar também na gestão pública e estreitar, cada vez mais e intensivamente, o relacionamento e a articulação com o ambiente acadêmico e as instituições privadas como o Porto Digital e o CESAR, por exemplo.

Por esta via, é urgente inaugurar um novo modelo para pensar estrategicamente o estado, sua economia e as alternativas de diferenciação competitiva, para definir uma nova visão de futuro para Pernambuco

considerando não apenas os resultados imediatos, mas também o médio e o longo prazos. A partir deste novo conceito, será fortalecido e renovado o **sistema de planejamento estadual** visando o desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões.

O objetivo da ação do Governo de Pernambuco será sempre estimular o **empreendedorismo** em todas as suas formas e manifestações, independente do porte e da região e proporcionar melhores condições para fortalecer sua organização, modernização e capacitação.

É preciso, no entanto, incorporar maior profissionalismo e crescente inovação à diversificada **economia criativa**, facilitar o acesso a financiamentos e tecnologia, ampliar as alternativas de comercialização e distribuição da produção e estimular os instrumentos de gestão para ampliar suas possibilidades de negócios e de competitividade nos mercados.

Considerando as alternativas econômicas de Pernambuco temos que reconhecer o significado da **agricultura**, na zona da mata e no interior do estado.

Ao mesmo tempo, identificamos uma realidade preocupante, fruto de recursos hídricos escassos e distribuídos desigualmente ao longo do território, dificuldades de solo e clima e processo de desertificação no semiárido. Problemas que são potencializadas pela estiagem e os efeitos da seca. Fragilidades somadas à carência de crédito e à falta de serviços e de infraestrutura adequadas de armazenagem e distribuição, enfraquecimento e desaparecimento dos organismos de pesquisa e de assistência técnica, entre outros fatores que exigem uma ampla **articulação política, investimentos, inovação e tecnologia, planejamento** e a **definição urgente de uma política agrícola** para o estado.

Pernambuco ainda importa a quase totalidade dos **alimentos** que consome e possui poucas alternativas de áreas adequadas para o cultivo, que se concentram com maior intensidade na região irrigada do São Francisco, nas pequenas áreas de microclima e na zona da mata.

Por isto, além de pesquisar a **viabilidade econômica e adequação de novas culturas** é essencial apoiar as experiências positivas existentes na **fruticultura**

e desenvolver estudos de alternativas para as áreas até então ocupadas na zona da mata pela **cana de açúcar**.

Da mesma forma, é preciso maior apoio à **pecuária**, avaliar sua integração com as áreas irrigadas, bem como compreender a importância social e econômica e valorizar o potencial da pecuária de **leite**, principalmente no agreste.

Atividades como a **apicultura**, principalmente na região do Araripe, entre outras, devem ser objeto de atenção e de suporte.

O sistema de **cooperativismo** merece ser ampliado e estendido, onde houver ambiente favorável a estes arranjos produtivos e as experiências exitosas devem ser melhor divulgadas, com maior organização e orientação aos produtores.

É necessário apoiar todas as atividades que apresentam resultados positivos como negócio, como é exemplo a **ovinocultura**, que está apta a exportar e outras mais voltadas para o sustento das pessoas, como a **caprinocultura**, além dos **bovinos**, sem esquecer da **pesca**, em áreas significativas do nosso litoral, que não tem recebido atenção e o suporte necessários.

Todas estas considerações, a serem aprofundadas e discutidas com a sociedade e com os setores mais diretamente envolvidos com estes temas reforçam a necessidade de incluir neste processo de construção participativa do Plano de Governo, a questão da **convivência com a Seca**.

As ações e o planejamento necessários para criar um ambiente capaz de evitar os enormes prejuízos econômico-financeiros causados pela prolongada estiagem e minimizar o custo social da Seca exigem, antes de mais nada, mudanças profundas nas práticas, no modelo e na forma das intervenções atuais. Pernambuco ainda vive de ações emergenciais e assistenciais para enfrentar o problema.

Uma ação vigorosa, integrada e planejada entre os governos estadual e federal, com a participação ativa dos municípios, das universidades, institutos de pesquisa e de inovação e com representantes dos setores produtivos é

indispensável para acelerar tanto os investimentos em obras públicas essenciais, quanto para estabelecer um novo modelo de intervenção.

Um modelo ampliado que contemple, entre outros, uma educação adequada à realidade do meio rural, os programas de saúde da família e a **agricultura familiar**, que carece de apoio e de uma melhor organização.

São requisitos para desenvolver condições mais favoráveis de convivência das pessoas e da produção não apenas com a Seca, mas para que o pequeno produtor rural tenha possibilidades concretas de evoluir para além da simples subsistência.

A agricultura familiar tem como base a diversificação agrícola em pequenas propriedades e é responsável pela produção do maior volume de alimentos e de leite no Brasil, sendo a base econômica da imensa maioria dos municípios brasileiros.

Em Pernambuco, também pode ter uma participação mais expressiva no PIB estadual e ampliar seu papel no fornecimento da merenda escolar, por exemplo, além de contribuir de maneira significativa para o sustento das famílias do interior e para a geração de excedentes de produção.

Quando falamos de produção agrícola em Pernambuco é muito importante **recuperar e fortalecer os organismos setoriais do setor público voltados para a pesquisa e a extensão rural**, integrar a sua atuação e ampliar a articulação com as universidades, principalmente a UFRPE e as entidades de inovação.

É mais uma vez indispensável assegurar o suporte federal para as grandes obras de infraestrutura hídrica, nas obras e projetos de irrigação.

Em termos econômicos, de modo geral, após quase duas décadas de baixo dinamismo, que em certos momentos chegou a abater a autoestima dos pernambucanos, a **economia estadual** viveu recentemente um período de forte expansão, alcançando taxas de crescimento acima da média nacional, em resposta aos elevados investimentos públicos e privados que vêm se realizando, nos grandes projetos de infraestrutura e nos empreendimentos importantes em setores não tradicionais da economia de Pernambuco.

As perspectivas de crescimento econômico para os próximos anos é bastante positiva.

Porém, as demandas por novos investimentos públicos federais para ampliar e complementar a estrutura em implantação são igualmente volumosas.

Este processo, em grande parte alavancado pela concessão de **incentivos fiscais** a grandes empreendimentos multissetoriais, ainda não foi acompanhado pela elevação da renda das pessoas e pela melhoria das condições de bem estar e de qualidade de vida da população.

O modelo não foi capaz de integrar e fomentar os diversos fatores condicionantes do desenvolvimento de longo prazo como suporte do núcleo da energia produtiva.

O risco é restarmos com uma economia desarticulada nas dimensões setorial e espacial gerando poucos benefícios sociais e mantendo e/ou acentuando as seculares disparidades socioeconômicas no ambiente estadual.

Dentre esses condicionantes do desenvolvimento, alguns representam os próprios fundamentos da economia, como é caso da produtividade dos fatores, bem abaixo da média nacional.

Na base desse diferencial encontra-se uma combinação perversa de tecnologia defasada em vários segmentos da economia, baixa qualificação de mão de obra refletindo a insuficiência qualitativa da nossa infraestrutura educacional, além de escassas alternativas de financiamento e de um deficiente fluxo de informações para o empresariado.

Como já visto, realizar um amplo programa de formação profissional abrangendo os níveis técnico e superior constitui-se em condição necessária à melhoria de nossa competitividade.

Outro aspecto decisivo é o desfavorável **ambiente de negócios**, o qual se situa entre os piores do Brasil, assim caracterizado por causa do marco regulatório e das condições de tributação, além do fato de que Pernambuco se caracteriza atualmente por ser uma economia fechada, ainda mais do que o Brasil, excluindo-se dos benefícios dos conhecimentos e receitas gerados pelas transações internacionais.

A viabilização das proposições contidas nesta versão resumida e preliminar de programa, que após a ampliação do debate com a sociedade resultará no Plano de Governo para o período 2015/18 tem como pressuposto estabelecer um **modelo de gestão pública** em Pernambuco que privilegie a **transparência** e a **ética** nas ações, a busca permanente por **eficiência** e a **responsabilidade social** para corresponder à confiança dos pernambucanos.

Um modelo que se baseia na **modernização** e **eficiência** dos processos de gestão; na melhoria da qualidade do **planejamento, formulação** e **execução** das ações e políticas públicas com soluções inovadoras e racionalidade.

Com o mesmo conceito, a institucionalização deste modelo passa, entre outros, pela redefinição do **organograma do estado**, pela análise da eficiência e eficácia no emprego dos **recursos públicos** e no estudo do **perfil da despesa**, e por uma avaliação da estrutura, organização e operação das atividades e funções do governo.

Este modelo estará submetido ao permanente **monitoramento** dos resultados alcançados e das metas estabelecidas, na observância dos limites da Lei e da responsabilidade financeira e fiscal.

Será compromisso do Governo do Estado não medir esforços para mobilizar os meios e recursos necessários ao desenvolvimento sustentável de Pernambuco de acordo com os **objetivos estratégicos** e a **visão de futuro** que desejamos para o nosso estado.

Vamos trabalhar na perspectiva de estabelecer no estado um ambiente com mais **igualdade de oportunidades**, mais **justo e inclusivo** construído pela contribuição democrática dos cidadãos e com ativa participação e envolvimento dos municípios.

Este esforço solidário visa **encurtar as distâncias** que ainda separam as pessoas e as regiões do estado para **combater as desigualdades** e facilitar e

ampliar o acesso de todos aos **serviços públicos**, que devem ser ofertados com qualidade e eficiência.

Para que os objetivos sejam alcançados, além de decisão política é fundamental considerar a situação atual das **contas públicas**, o perfil da dívida e a **capacidade de investimento** do estado.

Neste particular é inegável que os compromissos já assumidos revelam uma perspectiva de restrições no curto prazo para que o Governo de Pernambuco possa manter os níveis de investimento necessários.

Este reconhecimento renova a necessidade e urgência, entre outras medidas, de aumentar a capacidade do estado para **atrair novos investimentos públicos** e reforça a importância política do relacionamento e parceria com o Governo Federal.

Da mesma forma, amplia a necessidade de **articulação estratégica com o capital privado**, dentro e fora de Pernambuco criando alternativas diversificadas para sua participação e integração ao projeto de desenvolvimento estadual.

São enormes e complexos os desafios.

Muito já foi feito e há muito mais ainda para realizar.

Com a energia, a participação e a confiança dos pernambucanos, as ações do Governo do Estado serão pensadas e executadas com o compromisso de **ampliar as conquistas** com benefícios reais para as pessoas e as regiões.

Vamos trabalhar com a convicção de que, juntos, a partir de objetivos compartilhados com a população e com um programa e estratégias construídas por meio do debate responsável com a sociedade, **Pernambuco vai, sim, muito mais longe.**